

AMAZÔNIA: O CONTRATO SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO*

Anselmo de Oliveira Rodrigues¹

Introdução

As queimadas ocorridas anualmente na floresta amazônica normalmente costumam desencadear crises internacionais, que são marcadas por forte guerra de informação, pela propagação de *fake news*, por pronunciamentos emitidos por personalidades (artistas, esportistas, políticos e personalidades em geral) e pelo corte de verbas europeias destinadas a determinadas ONG's que atuam na Amazônia.

Com essa atmosfera, recorrentemente o Brasil tem sido acusado por boa parte da sociedade e do sistema internacional em contribuir para o aumento da temperatura global. Diante da complexidade do mundo globalizado e da importância desse tema nas esferas nacional e internacional, este artigo procura destinar um foco especial sobre as principais percepções existentes sobre o meio ambiente e a relação estabelecida entre o Estado brasileiro e a floresta amazônica.

A consciência situacional sobre o meio ambiente

Os primeiros movimentos organizados pela sociedade para depreender a relação que o homem estabelece com o meio ambiente surgiram na década de 1950. Neste período, com o planeta experimentando forte crescimento populacional global, alguns cientistas e acadêmicos se mostraram preocupados com o futuro da humanidade, mais precisamente quanto à preservação dos recursos naturais essenciais para a vida humana. A manifestação desse grupo ficou materializada em diversos estudos realizados nas décadas de 1950 e 1960, os quais visavam a alargar a compreensão sobre a relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente. Foi nesse contexto que surgiu a teoria verde no âmbito das relações internacionais.

Não demorou muito para que esse tema despertasse o interesse de outras áreas do conhecimento. Assim, a teoria verde foi se expandindo para outros campos, tais como: ciência política, geografia, ecologia, biologia, história, geopolítica, dentre outros. De perspectiva multidisciplinar, rapidamente esse assunto foi ganhando relevo e importância na sociedade e não tardou para que a Organização das Nações Unidas organizasse, em 1972, a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente: a Conferência de Estocolmo.

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 05 de julho de 2023.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha.

Mas a iniciativa onusiana não teve a força necessária durante a Guerra Fria, que literalmente congelou as ações da instituição no sistema internacional, da mesma forma que limitou o avanço dessa temática nesse período. Com o final da Guerra Fria e o conseqüente descongelamento das ações da ONU, naturalmente esse tema voltou a ser destaque no cenário internacional. Desde então, várias iniciativas (estatais, públicas e privadas) têm sido implementadas para melhor compreender, normatizar, organizar e definir parâmetros na relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente.

É dessa forma que a teoria verde tem evoluído, importando características relevantes de cada época e de várias áreas do conhecimento. Assunto sensível e de natureza complexa, uma consciência situacional adequada sobre o meio ambiente precisa passar, obrigatoriamente, pela compreensão das duas principais correntes de pensamento existentes na teoria verde e como elas se manifestam: a *corrente neoliberal* e a *corrente neorrealista*.

De uma maneira geral, a corrente neoliberal procura incentivar a criação de estruturas (públicas e privadas) que buscam aumentar a conscientização da sociedade sobre o meio ambiente. Com enfoque voltado nas implicações das atuais mudanças climáticas sobre o futuro da humanidade, a corrente neoliberal se materializa pela atuação de grupos econômicos de interesse, de organizações e de instituições. É com base nessa linha de pensamento que se dá a atuação de algumas instituições, da igreja, de ONG's, de ativistas, de alguns setores da mídia e de alas radicais acadêmicas.

A corrente neorrealista, por sua vez, está pautada pela preservação do Estado-Nação. Essa corrente de pensamento procura cumprir o contrato social firmado entre o Estado e a sua população, com foco voltado na proteção dos interesses nacionais frente a complexidade do mundo contemporâneo, quais sejam: ONG's, ameaças estatais, efeitos climáticos nos dias atuais, alguns setores da mídia, *fake news*, dentre outros. Para proteger os recursos naturais e ajudar a população afetada pelos desastres naturais, o Estado adota perspectiva geopolítica, vinculando esse tema à segurança e à defesa. Dessa forma, verificam-se basicamente que os Estados e alguns setores acadêmicos adotam essa linha de pensamento.

É com base nessa arquitetura que a temática que envolve o meio ambiente está estruturada no sistema internacional: de um lado os neoliberais, e de outro os neorrealistas. Tema relativamente novo, as distintas posturas e os diversos atores em cena revelam a complexidade que envolve esse assunto nos dias atuais.

O Estado Brasileiro e a Amazônia

Em que pese a realidade do aquecimento global nos dias atuais, verifica-se que não há consenso na comunidade científica sobre a principal causa desse aquecimento. Em linhas gerais, a discussão paira sobre três aspectos: o avanço do capitalismo em diversos Estados; o uso indiscriminado e

irresponsável do meio ambiente em inúmeros países; e os ciclos de precessão do planeta. Assim, adotar como premissa que a principal causa do aquecimento global reside num fenômeno que ocorre todos os anos há séculos na região amazônica (ocorrência de queimadas durante a estação seca) não se sustenta numa proposta científica isenta e credível.

Sob a perspectiva histórica, nota-se que o constructo da Amazônia brasileira representa o esforço de inúmeras gerações de brasileiros que vem atuando na região durante séculos para conquistá-la e mantê-la. Enquadram-se nesse universo pessoas ilustres como Pedro Teixeira, Barão do Rio Branco, Marechal Rondon, até indivíduos mais humildes, como os militares brasileiros (muitos deles indígenas) que atualmente resguardam a soberania brasileira nas fronteiras da Amazônia. Logo, a implementação de um espaço internacional ou uma guarda compartilhada desse bioma (corredor Triplo A por exemplo) em território brasileiro representa o rompimento de um contrato social firmado e mantido por séculos entre o Estado brasileiro e sua população.

Sob a perspectiva política, verifica-se que a Amazônia abrange territórios de nove países, sendo que a maior parte dela está inserida no Estado brasileiro, pelo que lhe confere a liderança natural e legítima para deliberar sobre ela no sistema internacional. Em decorrência disso, conclui-se que a participação do Brasil nesse assunto é condição *sine qua non* para que qualquer ideia (neoliberal ou neorrealista) logre êxito e venha a se transformar em ações e políticas públicas que venham ao encontro do contrato social firmado entre o Estado e a população brasileira.

Considerações Finais

Por fim, em respeito aos nossos antepassados e visando o melhor para as gerações futuras, entende-se que *a soberania brasileira na Amazônia e o uso sustentável da floresta são cláusulas pétreas de um contrato social firmado e mantido por séculos entre o Estado brasileiro e sua população, portanto inegociáveis.*